

Você receberá em seu e-mail as informações prontas para serem copiadas e coladas no MS Word ou similar, e depois encaminhada ao TCE-SC, **por meio da Sala Virtual**. Se isso não acontecer, estas são as informações:

I - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da(s) unidade(s) jurisdicionada(s)

No Município, o Sistema de Controle Interno apresenta o seguinte tipo de estrutura: Uma unidade, única para todos os Poderes: existe apenas um Órgão Central de Controle Interno responsável pelo Controle Interno nos Poderes Executivo e Legislativo.

A unidade de Controle Interno está subordinada à seguinte estrutura organizacional: Chefe do Poder Executivo - Prefeito(a)

O ato normativo que organiza a estrutura do órgão de Controle Interno é o seguinte: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/n/navegantes/lei-ordinaria/2001/142/1417/lei-ordinaria-n-1417-2001-dispoes-obre-o-sistema-de-controle-interno-do-poder-executivo-municipal-e-da-outras-providencias?q=1417>; <https://leismunicipais.com.br/a/sc/n/navegantes/lei-complementar/2013/17/164/lei-complementar-n-164-2013-cria-a-secretaria-municipal-de-gestao-e-controledomunicipiode-navegantes-e-da-outras-providencias?q=164>; <https://leismunicipais.com.br/a/sc/n/navegantes/decreto/2006/60/591/decreto-n-591-2006-regulamenta-a-lei-n-1417-de-30-de-julhode-2001-que-instituiu-no-municipio-de-navegantes-o-sistema-de-controle-interno?q=591>; <http://leismunicipais.com.br/a/sc/n/navegantes/decreto/2017/35/350/decreto-n-350-2017-aprova-a-1-a-edicao-do-manual-do-sistema-de-controle-interno-do-municipiodenavegantes?q=manual%20do%20sistema%20de%20controle%20interno>

A unidade conta com o seguinte quantitativo de pessoal: 4 Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno; 1 efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno; 1 Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão; 0 Servidores temporários e 0 estagiários.

No exercício em análise, em algum momento a unidade ficou sem acompanhamento do Controle Interno? Não. - .

Os procedimentos de controle realizados foram os seguintes: Orientações aos gestores acerca de normas, procedimentos, etc; Acompanhamento do envio de dados e informações ao e-Sfinge; Acompanhamento de licitações, dispensas e inexigibilidades; Acompanhamento da execução de contratos, convênios e similares; Acompanhamento do controle de frequência de pessoal; Exame da legalidade envolvendo a folha de pagamento e adequação dos pagamentos realizados; Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de concessão da aposentadoria e pensão Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de admissão de pessoal em cargo efetivo e por tempo determinado Exame da regularidade envolvendo a movimentação de pessoal (cessão, relocação, readaptação) Exame de prestações de contas de adiantamentos; Verificação do cumprimento de decisões do TCE/SC; Avaliação do cumprimento de metas previstas no plano plurianual; Avaliação da execução dos programas de governo; Avaliação da execução dos orçamentos anuais (LOA e/ou Leis de Créditos Adicionais); Avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e/ou patrimonial; Orientação dos responsáveis pela unidade acerca dos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e/ou efetividade; Controle das operações de crédito, avais ou garantias da unidade; Acompanhamento do controle e guarda de bens patrimoniais;

Os seguintes sistemas são informatizados:

- **Sistema de controle patrimonial:** Totalmente informatizado
- **Sistema de almoxarifado:** Parcialmente informatizado
- **Sistema informatizado de planejamento orçamentário:** Totalmente informatizado

Em relação à efetividade, avalia-se os itens seguintes com base nas ações do Sistema de Controle Interno do Município:

Se o controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais: **Bom**

Se a definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle interno não depende dos gestores: **Excelente**

Se os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias: **Fraco**

Se, no caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada: **Razoável / Satisfatório**

Se há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades: **Bom**

Se as rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação: **Excelente**

Se os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados: **Excelente**

Se todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação: **Excelente**

Se as informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas: **Excelente**

II - Resumo das atividades desenvolvidas pelo órgão de controle interno

Foram realizados apontamentos do Controle Interno à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício? Sim

Unidade gestora em que apontamento foi realizado	Assunto	Valor em risco	Quais foram as recomendações do Controle Interno para a solução da situação?	Quais foram as providências tomadas pelo setor responsável?
--	---------	----------------	--	---

	Isenções no	Que sejam criados mecanismos de con-	Foi criada uma comissão
--	-------------	--------------------------------------	-------------------------

Prefeitura Municipal de Navegantes	IPTU para pessoas de baixa renda e benefícios fiscais a pessoas jurídicas		trole e troca de informações em conjunto com outras secretarias, no sentido de verificar de maneira fidedigna a situação dos contribuintes que necessitam de isenção.	formada por cinco órgãos da administração municipal para analisar os procedimentos de isenção.
Fundação Municipal de Esportes	Prestação de Contas Pendentes da Lei de		Notificar todos os proponentes dos projetos para que no prazo de 15 (quinze) dias apresentem a prestação de contas de acordo com as normas do edital.	Os proponentes prestaram contas, exceto um, que devolveu parte dos recursos, porém a prestação de contas ainda está pendente.
Prefeitura Municipal de Navegantes	Incentivo ao Esporte	512.445,25	Recomenda a suspensão do pagamento de diversas notas fiscais relacionadas no relatório, até que a confirmação da prestação de serviço esteja de acordo com a IN SGC 001/2020.	As notas não foram pagas até que o relatório fosse emitido.
Prefeitura Municipal de Navegantes	Análise das prestações de serviços para pagamento referente a li-	146.954,21	Apresentar comprovação da devolução dos produtos fora do prazo da dispensa 18/2021-dl	A Secretaria está apurando as situações junto ao Departamento de Compras e Nutrição para tomar providências e atender as recomendações, porém a recomendação permanece como não atendida.
Prefeitura Municipal de Navegantes	citação 165/2019	311.281,05	Recomendamos que a empresa seja notificada a reparar os serviços que foram prestados de má qualidade sem ônus para o município, utilizando madeira adequada e dentro dos padrões estéticos.	Empresa foi notificada e os reparos já foram realizados dia 12/08/2021, conforme enviado na mesma data.
Prefeitura Municipal de Navegantes	Merenda escolar	49,00	Recomendamos ainda que no relatório de entrega conste o nome completo do aluno e do responsável, e nome legível da pessoa que fez a retirada, independentemente de ser o responsável pelo aluno ou ele próprio, afim de dar transparência e uma melhor verificação dos controles.	As devidas orientações serão repassadas as Unidades escolares para que a recomendação seja atendida, porém a recomendação ainda não foi atendida.
Prefeitura Municipal de Navegantes	Reforma dos decks da Av. Beira Mar	304,00		
Prefeitura Municipal de Navegantes	Controle no recebimento e entrega de uniformes pelas unidades escolares	1.729.750,00		

Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades gestoras? Sim

Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de seus trabalhos? Sim. Gestores da própria unidade; Funcionários da própria unidade; Funcionários de outras unidades do Município;

Em relação à gestão de riscos:

- Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob controle desta unidade estão **Totalmente** formalizados;
- Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? **Totalmente**;

Sobre a execução orçamentária e contábil:

Não ocorreram irregularidades na Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema informatizado do município e Sistema e-Sfinge;

Não foram realizados procedimentos na Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias;

Não ocorreram irregularidades na Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções, auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012;

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) na Análise da existência de metas físicas co-

erentes no PPA e aderência com LDO e LOA;

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) na Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas (análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco);

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) na Análise de procedimentos afetados à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de controle, localização física, etc);

III - Relação das irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo

Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário? **Sim**

Nome da(s) Unidade(s)	Ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico	Valor do dano	Medidas implementadas com vistas ao pronto ressarcimento	Avaliação conclusiva sobre as justificativas apresentadas pelos responsáveis	Nome ou CPF dos responsáveis
Câmara Municipal de Vereadores	Pagamento indevido de licença prêmio a servidor	54.985,35	Auditoria finalizada em dez/2021, ainda não foram adotadas medidas para o ressarcimento	Não foram apresentadas justificativas	Paulo Rodrigo Melzi

Avaliação conclusiva: avaliação do Controle Interno acerca das justificativas apresentadas pelos responsáveis.

IV Das Tomadas de Contas Especiais instauradas

Há Tomadas de Contas Especiais instauradas? Não

Número da Tomada de Contas Especial	Causa da Tomada de Contas Especial	Data de Instauração da T.C.E.	Comunicação e encaminhamento ao Tribunal de Contas, se for o caso	Resultado ou status do andamento da Tomada de Contas Especial	Valor da Tomada de Contas Especial

V - Avaliação das transferências de recursos me-

Avanço das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres

Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres? **Sim**

Unidade Gestora em que convênio foi firmado	Tipo de instrumento	Número do Instrumento	Objeto	Volume de recursos transferidos	Situação da análise da prestação de contas do instrumento

Prefeitura Municipal de Navegantes	Termo de Colaboração		dade da sociedade civil, que celebram a Secretaria Municipal de Educação e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Navegantes – APAE, visando promover a prestação de serviços especializados educacionais para crianças e adolescentes com deficiência intelectual, física, múltipla, transtorno de espectro autista, desde que associado à deficiência intelectual.		
Prefeitura Municipal de Navegantes	Termo de Colaboração	0204/2019	Credenciamento visando a contratação de entidade da sociedade civil, que celebram a Secretaria Municipal de Educação e a Associação de Pais e Amigos dos Autistas – AMA, visando promover a prestação de serviços especializados educacionais para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista – TEA, sem deficiência intelectual associada.	144.000,00	Aprovada
Prefeitura Municipal de Navegantes	Primeiro termo aditivo ao	0203/2019		178.077,20	Aprovada
Prefeitura Municipal de Navegantes	Termo de Colaboração	0204/2019	Credenciamento visando a contratação de entidade da sociedade civil, que celebram a Secretaria Municipal de Educação e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Navegantes – APAE, visando promover a prestação de serviços especializados educacionais para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista – TEA, sem deficiência intelectual associada.	72.000,00	Aprovada
Prefeitura Municipal de Navegantes	Primeiro termo aditivo ao	0203/2019		75.011,44	Aprovada
Prefeitura Municipal de Navegantes	Termo de Colaboração		Credenciamento visando a contratação de entidade da sociedade civil, que celebram a Secretaria Municipal de Educação e a Associação de Pais e Amigos dos Autistas – AMA, visando promover a prestação de serviços especializados educacionais para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista – TEA, sem deficiência intelectual associada.		

O município possui contratos de gestão regidos pela Lei nº 9.637/1998? Não

Entidades (se aplicável): ;;;

Regulamentação da Lei 13.019/2014 (se aplicável):

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/n/navegantes/decreto/2017/2/18/decreto-n-18-2017-regulamenta-a-aplicacao-da-lei-federal-n-13019-de-31-de-julho-de-2014-com-suas-respectivas-alteracoes-no-municipio-de-navegantes-estado-de-santa-catarina-para-o-fim-de-regulamentar-em-ambito-local-as-parcerias-e-os-acordo-de-cooperacao-entre-a-administracao-publica-e-organizacoes-da-sociedade-civil-em-regime-de-mutua-cooperacao-para-a-consecucao-de-finalidades-de-interesse-publico-e-reciproco?q=18>

VI - Avaliação dos processos licitatórios realiza-

VI - Avanço dos processos narrativos realizados pela Unidade Jurisdicionada

Foram avaliados processos licitatórios pelo Controle Interno? Sim

Crêterios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação: Experiências passadas Valor envolvido Risco (probabilidade de ocorrência de eventos negativos) Relevância econ mica ou social para o Município

Número do Processo de Licitação	Modalidade de Licitação	Tipo de Licitação	Valor estimado de contratação	CPF ou CNPJ do Contratado	Descrição dos indícios de irregularidade, se houver
Solicitação n.º 332/2021	inexigibilidade de licitação	Compras e serviços	R\$ 1.939.217,22	86.324.860/0001-04	"A Secretaria de Gestão e Controle não é contraria a inexigibilidade na contratação dos leitos covid com o fornecedor REDEH, porém, NÃO É FAVORAVEL a forma de contratação atual, tanto pela falta de transparência, quanto pelos valores praticados, composição dos serviços e em si, devido ao grande risco de prejuízo aos cofres públicos pelo possível pagamento de serviço em duplicidade ou pagamento por serviço não utilizado, devido ao elevado valor fixo apresentado. Recomendamos a inclusão das informações neste parecer no Termo de Referência, principalmente em relação ao contrato ativo, a segregação dos custos realmente fixos e variáveis, revisão dos profissionais e seus quantitativo e definição do valor para 20, 10, e como sugestão, 5 leitos, ou até na forma feita por Gaspar, R\$ 6.000,00 por leito, já incluso todos os custos."
Solicitação n.º 1584/2021	Dispensa de licitação	Compras e serviços	R\$ 30.790,70	05.347.435/0001-20	
Solicitação n.º 332/2021	inexigibilidade de licitação	Compras e serviços	R\$ 1.939.217,22	86.324.860/0001-04	
REISTRUÇÃO	inexigibilidade de licitação	Compras e serviços	R\$ 17.880,00	04.792.498/0001-23	
Solicitações n.º 1314 e 1318	Dispensa de licitação	Compras e serviços	R\$ 39.600,00	05.777.193/0001-05	
Solicitação n.º 1317/2021	Dispensa de licitação	Compras e serviços	R\$ 341.400,00	09.125.593/0001-97	
Solicitação n.º 1416/2021	Compra direta	Compras e serviços	R\$ 14.799,96	02.173.150/0001-22	
Solicitação n.º 274/2021	Compra direta	Compras e serviços	R\$ 7.190,70	24.845.457/0001-65	
Solicitação n.º 02/2021	Compra direta	Compras e serviços	R\$ 5.699,50	24.845.457/0001-65	
Solicitação n.º 742/2021	Compra direta	Compras e serviços	R\$ 5.445,00	07.530.907/0001-01	
Solicitação n.º 97/2021	Compra direta	Compras e serviços	R\$ 5.040,00	85.142.636/0001-20	Ausência de elementos que caracterizem o motivo da escolha da modalidade, além da ausência de designação do fiscal de contrato. NÃO É RECOMENDADO dar-se prosseguimento a qualquer dispensa de licitação sem ter sido designado fiscal de contrato e justificativa fundamentada do enquadramento da modalidade de licitação nos termos da Lei n. 8.666/93. Por todo o exposto, pela falta de documentação que comprove as respostas emitidas, a avaliação deste processo restou prejudicado, sendo assim, este Órgão de Controle Interno se abstém de opinião. Trata-se de inexigibilidade de licitação para a aquisição de software para uso do setor de engenharia da Secretaria de Saneamento Básico, software PROGE CAD – programa CAD exclusivo para plataforma do sistema da GEOMASIS, do qual é parte
Solicitação n.º 37/2021	Dispensa de licitação	Compras e serviços	R\$ 5.782,44	08.160.936/0001-91	
Solicitação n.º 01/2021	Dispensa de licitação	Compras e serviços	R\$ 1.871.119,64	22.669.103/0001-8	
DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 36/2021	Dispensa de licitação	Compras e serviços	R\$ 2.814.000,84	42.366.302/0001-28	
Solicitação n.º 102/2021	Dispensa de licitação	Compras e serviços	R\$ 7.086,18		
Solicitação n.º 03 de /2021	Dispensa de licitação	Obras e serviços de engenharia			
		Compras			

e servi-
ços
Compras
e
serviços

dos softwares de uso permanente da Prefeitura Municipal. Importante ressaltar que estão ausentes alguns documentos do check-list acima, todos exigidos pelo artigo 10 da IN SGC n.º 001/2020. RECOMENDA-SE a inclusão destes documentos faltantes para que seja possível dar prosseguimento ao processo.

Trata-se de dispensa de licitação para locação de um terreno sem benfeitorias, medindo 10 x 10 metros, com área total de 100m² aproximadamente, que possui 1 (um) poço artesiano instalado para reforço do abastecimento do SAA de Escalvado, localizado na rua Ludgero Soares da Silva, 791, bairro Escalvados, cidade de Navegantes (SC). RECOMENDA-SE a inclusão destes documentos faltantes para que seja possível dar prosseguimento ao processo. RECOMENDA-SE seja anexado um Laudo recente da potabilidade da água, e que seja exigido a análise mensal da qualidade do referido poço artesiano.

" Trata-se de dispensa de licitação para a contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamento em forma de comodato e cessão do direito de uso de sistema operacional para atendimento informatizado do Sistema Municipal de Abastecimento de Água de Navegantes/SC. Em que pese ser plausível toda a fundamentação de emergência presente na justificativa da dispensa de licitação, alguns pontos merecem destaque, como o fato de ainda não haver uma licitação vigente concomitante com a dispensa de licitação. É temerário recomendar-se dispensa de licitação nos casos em que o mais correto seria a abertura de processo licitatório, temerário inclusive, levando-se em consideração o valor a ser dispendido. Neste caso, recomenda-se que a Secretaria de Saneamento Básico proceda a abertura concomitante de processo de concorrência pública e dispensa de licitação, por uma questão de segurança jurídica. Por fim, estão ausentes alguns documentos do check-list, todos exigidos pelo artigo 10 da IN SGC n.º 001/2020, recomenda-se incluí-los." Trata-se de dispensa de licitação para a locação pelo período de 12 meses de 01 (um) container Reefer de 20' (vinte pés),

para atender a Farmácia e a testagem da COVID-19, a ser instalado na Unidade Básica de Saúde de São Domingos I (Centro de Triagem da COVID-19). Pelo exposto, entende-se que a justificativa para a situação de emergência é plausível. Manuseando aos autos, nota-se que está ausente a Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa junto a esta municipalidade, exigida pelo artigo 10, letra "f" da IN SGC n.º 001/2020. RECOMENDA-SE a inclusão do documento faltante ao processo

"No final de 2020 o TCE/SC emitiu a Nota Técnica 01/2020 com orientações para pesquisa de preços. Nela constam um rol de formas prioritárias de consulta de preço, sendo o último deles a cotação direta com fornecedores. Entende-se que a orientação ainda é recente e não será motivo de apontamento neste parecer, porém, para as próximas compras recomenda-se seguir a referida nota. O processo trata da aquisição de persinas para o prédio do CITRAN/NAVEGANTES (Total de 20 persianas), no valor total de R\$ 7.190,70. Não há vedação ou qualquer tipo de ilegalidade nas escolhas dos orçamentos, porém, tanto para Compra Direta, quanto para Dispensa de Licitação, deve-se justificar a escolha dos fornecedores, inclusive para cotação. A Secretaria de Gestão e Controle RECOMENDA: 1. Nomear fiscal de contrato de acordo com a IN SGC N° 02/2020; 2. Solicitar ao fornecedor regularização da dívida junto ao Município de origem; 3. Atualização do Certificado de Regularidade FGTS; 4. Justificar a escolha dos fornecedores para cotação de preços e da escolha do vencedor;"

Trata-se de solicitação de Compra Direta para a aquisição de Tubo de PEAD DN 63mm, Tubo de PEAD DN 110 mm e 02 conexões para PEAD 110 mm (União), para interligação/remanejamento de adutoras de água tratada, através da SESAN - Secretaria de Saneamento Básico. Quanto à documentação, estão faltantes a certidão de Regularidade Fiscal do Município de Navegantes, o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ) e a Certidão de Falência, Concordata e Recuperação

Judicial.

Trata-se de solicitação de Compra Direta para a aquisição de 15 rolos de tubo PEAD PE80 ramal predial PN10 de 20MM X 100MT NBR 8417, tubo de polietileno de alta densidade (PEAD) para ligações domiciliares de água potável no Município de Navegantes, através da SESAN. Quanto à documentação, estão faltantes a certidão de Regularidade Fiscal do Município de Navegantes e o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ).

"A Secretaria de Gestão e Controle NÃO RECOMENDA a utilização de Compra Direta, conforme IN 01/2020 – SGC. Na justificativa é informado apenas a motivação para compra dos painéis, não foi justificada a escolha do fornecedor e forma de contratação (compra direta). Foram apresentados dois orçamentos que não possuem assinatura e os locais físicos não estão identificados (logo loja), ambos fora dos padrões estabelecidos pela IN 01/2020. Além disso, recomenda-se: 1. Apresentar justificativa para utilização da modalidade de compra (dispensa de licitação); 2. Apresentar justificativa para escolha da empresa vencedora; 3. Apresentar orçamentos conforme IN 01/2020"

"Trata-se de para a aquisição de fechaduras para portas da CITRAN através de compra direta. Dos orçamentos acostados aos autos, verificou-se que a empresa que cotou o menor preço foi a CASA DAS CHAVES ZULIAN LTDA - EPP, CNPJ:

85.142.636/0001-20, no valor total de R\$ 5.782,44. A Secretaria de Gestão e Controle RECOMENDA: 1. Nomear fiscal de contrato de acordo com a IN SGC Nº 02/2020. 2.O processo pode ser finalizado após os documentos faltantes serem acostados de acordo com a IN SGC Nº 001/2020."

"contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção e ampliação de rede de água tratada, serviços de corte/religação, ligação de água, instalação, substituição de hidrômetros, geofonamento, recuperação de vias, instalação e manutenção de hidrantes para atendimento a Secretaria de Saneamento Básico de Navegantes - SESAN. Por todo o exposto acima, tecemos as seguintes reco-

mendações: 2.1. RECOMENDA-SE a abertura imediata de Processo Administrativo Disciplinar – PAD, para apuração de possível desídia de servidor público, expondo os munícipes em risco iminente de desabastecimento de água e possível dano ao Erário; 2.2. RECOMENDA-SE, caso se opte por dar seguimento ao processo de dispensa de licitação, que seja publicado o edital de licitação anteriormente ou, no mínimo, concomitante à realização da dispensa; 2.3. RECOMENDA-SE, que a SESAN reanalise todos os itens no sentido de identificar quais realmente caracterizam a situação emergencial e apresente os argumentos desta análise, tendo em vista o aumento de mais de 80% no valor do presente processo em relação à dispensa anterior, conforme demonstrado no item 1.1 deste Parecer; 2.4. RECOMENDA-SE, tendo em vista o processo conter apenas duas cotações, com uma diferença de aproximadamente 30% entre estas, que seja procurada a comparação com outras referências de preço, para os itens possíveis, como tabelas de referência (SINAP, preços praticados pela CASAN etc.) ou outras licitações de natureza similar, de modo a dar maior segurança para a administração pública de que os preços praticados são compatíveis com o mercado; 2.5. RECOMENDA-SE que seja providenciada a correção dos itens 91 e 92 do Termo de Referência, conforme os apontamentos deste parecer, quantificando e especificando adequadamente os profissionais e maquinários, horário de trabalho no caso do item 91, bem como a realização de nova cotação exequível para o item 92; 2.6. RECOMENDA-SE constar como obrigatoriedade da contratada que, juntamente com cada Nota Fiscal, a empresa tenha que encaminhar além das certidões negativas trabalhistas, os seguintes documentos: a) relação de empregados, constando cópia do Registro da CTPS e da folha do contrato de trabalho de cada empregado; b) à partir do segundo mês de serviço, o comprovante de quitação do INSS e FGTS dos empregados, referente ao mês anterior; c) contracheques dos empregados do mês anterior, devidamente assinados; d) no mês subsequente à ocorrência do fato gerador, entrega do

comprovante de quitação do 13º salário e das férias mais 1/3 dos empregados; e) no caso de eventual revisão de contrato de trabalho de integrantes da equipe, deverá o Contratado juntar o termo de rescisão do contrato de trabalho e o respectivo comprovante de quitação das verbas rescisórias; f) havendo a inclusão de empregados no curso do contrato, o Contratado deverá observar os itens anteriores; g) ficha de EPI atualizada. Antes de assinar o contrato, a empresa vencedora deverá apresentar uma nova cópia atualizada do Contrato Social da empresa (registrada em cartório). "

"LIMPEZA URBANA E PRAIA. Nova dispensa de licitação por 180 dias 7.1 RECOMENDA-SE que o processo seja submetido à Procuradoria Geral do Município para a emissão de parecer jurídico sobre a nova dispensa de licitação, nos termos da Lei n. 8.666/93. 7.2 RECOMENDA-SE ao Gabinete do Prefeito abertura de procedimento administrativo para apurar a responsabilidade por possível falta de planejamento e/ou desídia da administração pública ante a ausência de adequado procedimento licitatório, necessitando de sucessivas dispensas de licitação para os mesmos tipos de serviço. 7.3 RECOMENDA-SE à Secretaria de Saneamento Básico que corrija os itens do Termo de Referência, excluindo os períodos de festas de fim de ano e carnaval. 7.4 RECOMENDA-SE à Secretaria de Saneamento Básico que inclua a obrigatoriedade de os veículos estarem devidamente identificados (À serviço da SESAN), nos termos da IN SGC n. 3/2020 e a obrigatoriedade da utilização do GPS (fornecendo acesso/senha para fiscalização online) em todos os equipamentos (máquinas e caminhões), conforme recomendações recorrentes da Secretaria de Gestão e Controle. 7.5 RECOMENDA-SE à Secretaria de Saneamento Básico que faça levantamento/estudo de viabilidade, afim de se verificar o que seria mais vantajoso para administração pública, fazer a limpeza da praia com mão-de-obra própria ou a terceirização, considerando que na dispensa o custo diário é de R\$ 6.071,48. 7.6 RECOMENDA-SE à Secretaria de Saneamento Básico que inclua a carga ho-

rária mínima para limpeza da praia. 7.7 RECOMENDA-SE à Secretaria de Saneamento Básico que verifique a forma contratual para pagamento parcial dos serviços, em caso do prestador, em determinado dia, não atender a todos os itens do contrato (ausência de funcionários, de maquinário, etc.). 7.8 RECOMENDA-SE que a Secretaria de Saneamento Básico faça o cadastro e o registro/controlado diário de presença de todos os funcionários terceirizados que nos prestam serviços, contendo, no mínimo, nome completo, CPF e assinatura de cada colaborador. 7.9 RECOMENDA-SE constar como obrigatoriedade da contratada que, juntamente com cada Nota Fiscal, a empresa tenha que encaminhar além das certidões negativas trabalhistas, os seguintes documentos: a) relação de empregados, constando cópia do Registro da CTPS e da folha do contrato de trabalho de cada empregado; b) à partir do segundo mês de serviço, o comprovante de quitação do INSS e FGTS dos empregados, referente ao mês anterior; c) contracheques dos empregados do mês anterior, devidamente assinados; d) no mês subsequente à ocorrência do fato gerador, entrega do comprovante de quitação do 13º salário e das férias mais 1/3 dos empregados; e) no caso de eventual revisão de contrato de trabalho de integrantes da equipe, deverá o Contratado juntar o termo de rescisão do contrato de trabalho e o respectivo comprovante de quitação das verbas rescisórias; f) havendo a inclusão de empregados no curso do contrato, o Contratado deverá observar os itens anteriores; g) ficha de EPI atualizada."

"contratação de seguro de responsabilidade civil obrigatória – RCO, Secretaria Municipal de Saúde – micro-onibus OKD4716. RECOMENDA-SE : 1. Abertura de pregão para contratação de seguro veicular; 2. Não utilizar dispensa para contratação de seguro veicular com base no valor da licitação; 3. Justificar motivo dos outros veículos do Município de Navegantes não possuírem seguro total, visto risco de caracterização de fracionamento de despesa; 4. Apresentar parecer jurídico para

Sobre as licitações e contratações da unidade, avalia-se:

- Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser contratada: Fraco
- Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas: Fraco
- Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório: Bom
- Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do procedimento licitatório: Bom
- Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de despesas: Bom
- Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital: Bom
- Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições: Bom

VII - Avaliação da gestão de recursos humanos

Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal? Sim.

Procedimentos realizados:

Monitoramento bimestral dos controles de atos de pessoal. 01/01/2021 à 31/12/2021. Secretaria de Administração

Análise e emissão de parecer de todos os procedimentos de concessão de aposentadorias e pensões. 01/01/2021 à 31/12/2021. Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

Análise e emissão de parecer de todas as admissões e contratações de pessoal. 01/01/2021 à 31/12/2021. Todas as Unidades Gestoras do Município

Avalia-se a gestão de recursos humanos da(s) unidade(s) da seguinte maneira:

- Efetividade do sistema de frequência de servidores (Ponto Eletrônico ou manual): Atuação razoável da gestão
- Controle de horas extras pelos gestores: Atuação razoável da gestão
- Atuação dos comissionados exclusivamente em atividades de Direção, Chefia e Assessoramento: Pouca atuação da gestão
- Realização de cursos de capacitação pelos servidores: Atuação razoável da gestão
- Verificação dos procedimentos de avaliação periódica de desempenho dos servidores: Pouca atuação da gestão
- Avaliação quanto aos programas de treinamento e capacitação dos servidores: Pouca atuação da gestão
- Verificação da concessão das verbas que integram a folha de pagamentos: Atuação razoável da gestão
- Verificação quanto à realização de avaliação de servidores em estágio probatório: Atuação razoável da gestão
- Verificação quanto à reavaliação periódica dos servidores aposentados por invalidez vinculados aos

Regimes Próprios de Previdência Social: Excelente atuação da gestão

- Verificação quanto à regularidade dos afastamentos dos servidores (licenças): Atuação razoável da gestão
- Verificação quanto à regularidade das acumulações de cargos, empregos e funções públicas: Atuação razoável da gestão
- Verificação quanto às ocorrências relacionadas a desvio de função na área de pessoal: Pouca atuação da gestão
- Conciliação dos valores depositados aos servidores com os valores constantes na folha de pagamento: Atuação razoável da gestão

VIII - Avaliação do cumprimento, pela unidade jurisdicionada, das determinações e recomendações expedidas pelo TCE/SC

Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)? Sim

Tipo (Determinação ou Recomendação)	Número do Acórdão	Assunto da Decisão	Situação	Justificativa do Gestor, se houver
Recomendação	@REP	3. Recomendar ao Município de Navegantes que	Recomendação	A exigência
Recomendação	20/00514230	altere o Decreto Municipal n. 114/2018 com rela-	não atendida	das amostras
Recomendação	@REP	ção ao prazo para apresentação de amostra,	Recomendação	é apenas para
Recomendação	21/00195144	para evitar restrição à participação de interessa-	atendida	o licitante de-
Recomendação	@REP	dos no certame, em afronta ao inciso I do § 1º	Recomendação	clarado vence-
Determinação	21/00195144	do art. 3º da Lei Federal n. 8.666/1993.	atendida	dor do respec-
Recomendação	@REP	3. Recomendar ao Município de Navegantes e à	Recomendação	tivo certame.
Recomendação	21/00195144	Secretaria Municipal de Educação que, nos edi-	atendida	A exigência da
Determinação	@REP	tais de licitação a serem lançados: 3.1. adote,	Recomendação	amostra é so-
Determinação	21/00195144	sempre que possível, a modalidade Pregão na	atendida	licitada nos
	@REP	forma eletrônica, de forma a ampliar a competi-	Recomendação	Termos de
	19/00531604	vidade, justificando a inviabilidade ou desvanta-	atendida	Referência
	@REP	gem deste formato se escolhido o presencial,	Recomendação	das
	19/00531604	além de considerar a orientação contida no §1º	atendida	Secretarias
	@REP	do art. 1º do Decreto n. 10.024/2019, e, no pre-	Recomendação	responsáveis
	20/00001445	sente momento, a atual legislação de enfrenta-	atendida	/ gestoras, e
	@LCC	mento à pandemia (COVID-19), que sugere o iso-	Recomendação	em casos es-
	21/00585953	lamento social;	atendida	pecíficos as
	@LCC	3. Recomendar ao Município de Navegantes e à	Recomendação	amostras po-
	21/00585953	Secretaria Municipal de Educação que, nos edi-	atendida	dem ser apre-
		tais de licitação a serem lançados: 3.2. conste		sentadas em
		nos autos do processo licitatório decorrente do		prazo maior
		Pregão a justificativa fundamentada para as es-		estipulado
		pecificações técnicas do objeto, em atenção ao		nos Editais
		art. 3º, § 1º, I, da Lei n. 8.666/93;		e/ou exigên-
		3. Recomendar ao Município de Navegantes e à		cia de apre-
		Secretaria Municipal de Educação que, nos edi-		sentação de
		tais de licitação a serem lançados: 3.3. estabe-		folders.
		leça prazo razoável, e contado em dias úteis,		O município
		para a apresentação de amostras pelos licitan-		passou a reali-

tes, principalmente quando forem personalizadas, a fim de garantir o caráter competitivo da licitação, em face do disposto no art. 3º, §1º, I, da Lei n. 8.666/93;

3. Recomendar ao Município de Navegantes e à Secretaria Municipal de Educação que, nos editais de licitação a serem lançados: 3.4. estabeleça prazo razoável, e contado em dias úteis, para a entrega dos produtos licitados, principalmente quando forem personalizados, a fim de garantir o caráter competitivo da licitação, em face do disposto no art. 3º, §1º, I, da Lei n. 8.666/93;

4. Determinar que a Prefeitura Municipal de Navegantes se abstenha de prorrogar a execução do contrato firmado a partir do Pregão Presencial n. 3/2019 FMV, Contrato FMV 158/2019, bem como que não repita as irregularidades ora debatidas quando do lançamento de futuros certames.

Recomendar que a Prefeitura Municipal de Navegantes evite em futuros certames, a reprodução da exigência de que a licitante possua, na data prevista para a entrega da proposta, profissionais técnicos com vínculo trabalhista em seu quadro permanente de funcionários, em observância ao disposto no art. 30, § 1º, I, da Lei n. 8.666/93.

2.Recomendar à Prefeitura Municipal de Navegantes que, em futuros editais, abstenha-se de exigir a apresentação de itens de habilitação junto à proposta de preços, de forma a contemplar o disposto no art. 3º, § 1º, I, da Lei n. 8.666/93.

2. Determinar, com fundamento no art. 8º, II, da Instrução Normativa n. TC-21/2015, à Sra. Patrícia Duarte Cidral, Secretária Municipal da Educação de Navegantes, e ao Sr. Vanderlei Cardoso, engenheiro do Município de Navegantes, subscritores do edital em apreço, que adotem providências visando à anulação do Edital de RDC n. 80/2021, com fundamento no art. 49, caput, da Lei n. 8.666/1993, observando o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do referido dispositivo legal, e encaminhe ao Tribunal de Contas cópia do ato de anulação e de sua publicação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Decisão no Diário Oficial Eletrônico do TCE, em face da irregularidade apontada no item 1 acima.

3. Determinar à Prefeitura Municipal de Navegantes que, nos procedimentos licitatórios

zar os preçõs eletrônicos. As secretarias devem justificar quando optar por presencial.

Quanto às amostras solicitadas nos Termos de referência, orientamos que a secretaria responsável verifique prazos razoáveis nestes casos. Casos específicos são discutidos individualmente. Quanto às amostras solicitadas nos Termos de referência, orientamos que a secretaria responsável verifique prazos razoáveis nestes casos. Casos específicos são discutidos individualmente. O Município não prorrogou o respectivo contrato. Os termos de referência são elaborados pela Secretaria solicitante, incluindo as exigências dos certames.

		futuros, não exija a prestação de serviços que onera as licitantes anteriormente à assinatura contratual, em inobservância ao art. 1º, § 1º, I, da Lei n. 12.462/2011 e à Súmula n. 272 do Tribunal de Contas da União.		<p>Orientado a secretaria responsável para não solicitar exigências que restrinjam a competitividade.</p> <p>O Município anulou o processo RDC 80/2021 conforme orientação.</p> <p>Apesar da exigência ter sido da Secretaria de Educação, a Secretaria de Administração acatou a decisão e orientou a pasta que retire tais exigências de seus Termos.</p>
--	--	---	--	---

IX - Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle

Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob controle desta unidade? Não

Nº do Acórdão ou Título Executivo	Data do Acórdão ou Título Executivo	Nome do responsável	Valor	Data da inscrição em dívida ativa	Situação do processo

X - Avaliação dos procedimentos adotados quando

Avaliação dos procedimentos adotados quanto de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência

Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência? **Não**

Renegociação realizada, **se houver**:

- Instituto ou Fundo de Previdência:
- Valor do débito na data da renegociação:
- Critérios utilizados para atualização da dívida:
- Nº de parcelas a serem amortizadas na data da renegociação:
- Outras condições de pagamento pactuadas:

XI - Avaliação acerca da conformidade dos registros gerados pelos sistemas operacionais utilizados pelas entidades com os dados do e-Sfinge

Na avaliação desta unidade de controle interno, os registros gerados pelo sistema de contabilidade, orçamento e finanças encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge ? **Sim**.

Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge? **Sim**.

XII - Outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015

Acima, foram elencadas outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015.

O Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Município desenvolve um trabalho nas seguintes linhas de atuação: Normatização de procedimentos: controle preventivo que visa organizar o fluxo observando-se o atendimento dos requisitos legais, bem como identificando os responsáveis nos processos; Monitoramento: atividade periódica na qual é realizada pesquisa eletrônica, incluindo dados de sistemas corporativos, onde são monitorados aspectos relativos à execução financeira e orçamentária, limites constitucionais e da LRF, outros controles específicos, indicadores de ambiente de controle, recomendações do órgão de controle interno, metas físicas etc.; Auditorias: atividade desenvolvida por meio de uma equipe de auditores internos, como forma de testar os controles internos existentes, bem como aferir a legalidade, impessoalidade, economicidade bem como outros aspectos relativos à gestão dos recursos públicos. As auditorias ordinárias são programadas anualmente, com base em avaliação de riscos. Já as auditorias extraordinárias são instauradas por solicitação de órgão de controle externo, conselhos, denúncias de ouvidoria, conforme critérios pré-estabelecidos, determinação do Chefe do Poder Executivo etc; Análise de prestações de contas de entidades recebedoras de recursos públicos: atividade desenvolvida no âmbito da Lei n. 13.019/2014; Análise de atos de concessão de aposentadorias e pensões, com a emissão de parecer individualizado para cada processo; Análise de prestações de contas de recursos antecipados; Além destas atividades, o Órgão Central de Controle Interno do Município ainda é responsável pela área da transparência e acesso à informação, incluindo as atividades de ouvidoria. Alguns controles, como análise de licitações e análise de atos de admissão e contratação de pessoal, são desenvolvidos com o auxílio de controladores setoriais, formalmente designados, atuando como "braços" do Sistema de Controle Interno Municipal. A Controladoria Municipal ainda vem desenvolvendo diversas ações pactuadas com a Controladoria Geral da União, através do programa TIME BRASIL, promovendo ainda mais a integridade pública, o combate à corrupção e a transparência na gestão dos recursos públicos.

Imprimir suas respostas. (/printanswers/view?surveyid=956697)